

HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS*
Desembargador do Tribunal de Justiça de Alagoas

No auge das ditaduras que infestaram grandes potências mundiais – Alemanha, Itália, então União Soviética e outras menos importantes –, nas décadas de 30 e 40 do século passado, as lideranças sectárias dessas nações vangloriavam-se de que as mentes dos jovens e das crianças lhes pertenciam.

Quando os pais resistiam à integração dos seus filhos em organizações extremistas, os donos do poder, clinicamente, retrucavam: “Vocês são contra nós, mas seus filhos já nos pertencem”.

Em maior ou menor dimensão, o caminho para enfraquecer os regimes democráticos é fazer com que as novas gerações neles não acreditem.

Os que integram a Justiça Eleitoral brasileira, com o apoio do Poder Legislativo, redobram, na época atual, a vigilância, para que os jovens entendam, quanto mais cedo, melhor, a importância da participação na construção de uma sociedade livre, dona do seu destino e do seu futuro.

O estabelecimento do voto facultativo para os que têm entre 16 e 18 anos é parte do esforço da Justiça Eleitoral para atrair os adolescentes para a política, no sentido mais elevado da palavra.

O facultativo do texto legal deve ser entendido, portanto, como recomendável, aconselhável, para que a avaliação e a decisão equilibrada dos assuntos públicos passem a ser considerados desde o período em que a personalidade começa se formar, e acompanhem os indivíduos através da vida inteira.

Quem convive habitualmente com a Justiça Eleitoral de Alagoas, com o Tribunal Regional Eleitoral, TRE, com a Escola Judiciária Eleitoral, é testemunha do incentivo permanente aos jovens para que se interessem pela política. O que é demonstração patente de que o mundo, apesar de todos os percalços, progrediu e melhorou, porque o poder público é o primeiro a pedir a atenção da comunidade para a importância da participação nas decisões coletivas, ao contrário do que ocorria no passado, quando grupos e pessoas que ocupavam a cúpula dos diversos poderes procuravam se perpetuar às custas da mistificação e do engodo, não poupando nem crianças e adolescentes.

Executivo, Judiciário e Legislativo são pilares do regime democrático que, restaurado entre nós há pouco mais de duas décadas, se aperfeiçoa, assimilando as crises e dando-lhes o encaminhamento estabelecido pelas leis.

O trabalho desenvolvido pela Justiça Eleitoral, voltado especificamente para os jovens, precisa ser ampliado e fortalecido por esses três poderes.

Não há caminho melhor para manter e aperfeiçoar o regime democrático.

Humberto Martins.